



Oligarquia, coronelismo e coronelismo eletrônico:

A radiodifusão como arma para manutenção e ampliação do poder¹

Fabíola Mendonça²

Edgard Rebouças³

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Resumo

Este artigo é parte de uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Seu objetivo é analisar a existência do chamado coronelismo eletrônico em Pernambuco, tendo como estudo de caso as empresas de radiodifusão do deputado federal Inocêncio Oliveira (PR). Não é intenção deste texto invalidar o conceito de coronelismo eletrônico, nem diminuir sua significação histórica, uma vez que o termo vem sendo amplamente difundido e está consolidado pela ação de sérios pesquisadores do campo da comunicação. A proposta é discutir os questionamentos colocados acerca do tema. No decorrer da pesquisa, observou-se que a utilização das concessões de radiodifusão por parlamentares é resultado de uma prática social e política herdada do processo de formação histórica brasileira, tendo as oligarquias como centro da questão. Neste sentido, o artigo faz parte do esforço em priorizar o resgate histórico dessas relações, na tentativa de compreender os interesses que circundam as negociações das concessões públicas de rádio e televisão e a participação da classe política nesse processo. Para tanto, aponta exemplos de algumas oligarquias políticas que detêm concessões de rádio e/ou televisão no Nordeste brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: oligarquia, poder local, coronelismo, coronelismo eletrônico

Oligarquia: a base do coronelismo

O termo coronelismo eletrônico já faz parte do vocabulário popular, assim como o do coronel foi introduzido no imaginário coletivo. No primeiro caso, o censo comum absorveu o argumento de algumas matérias jornalísticas e de pesquisas acadêmicas, sem falar nos discursos de militantes políticos, que definem como coronelismo eletrônico o fato de políticos serem concessionários de empresas de radiodifusão. No segundo exemplo, o personagem do coronel popularizou-se a partir de obras clássicas da literatura brasileira e de produções televisivas, como as novelas e os seriados.

¹ Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista graduada, especialista em História de Pernambuco, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. fabiolamendonca@gmail.com

³ Professor doutor da Universidade Federal do Espírito Santo. Orientador da pesquisa em questão



Mas, a rigor, a existência do coronel e do coronelismo são resultado de um processo histórico muitas vezes esquecido pelos pesquisadores. Têm origem ainda na colonização portuguesa, quando se inicia no Brasil a formação de oligarquias, algumas delas remanescentes até os dias atuais. Essas oligarquias foram se adaptando às mudanças provocadas pela modernização e atualmente muitas são detentoras de veículos de comunicação. John B. Thompson, no livro *A Mídia e a Modernidade*, analisa a mídia do ponto de vista social e vincula o desenvolvimento dos meios de comunicação como parte do surgimento das sociedades modernas. O autor chega a definir o atual momento histórico como “a era da informação”. “Os meios de comunicação são rodas de fiar no mundo moderno e, ao usar esses meios, os seres humanos fabricam teias de significação para si mesmo” (THOMPSON, 2001, p. 20).

Na tentativa de melhor entender o fenômeno do coronelismo eletrônico, é preciso fazer uma abordagem histórica sobre as famílias tradicionais e o poder local que deram vida às oligarquias, e que estão presentes ainda no Brasil atual, principalmente em regiões como o Nordeste. Norberto Bobbio, em seu *Dicionário de Política* (2007), define o termo oligarquia a partir de vários pontos de vistas. Etmologicamente, o autor conceitua oligarquia como “governo de poucos”. Reportando-se à filosofia grega, o termo ganha um significado eticamente negativo, sendo chamado de “governo de ricos”. Segundo o pensador italiano, em uma oligarquia,

(...) o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculo de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar”. (BOBBIO, 2007, p. 835).

No livro *A Primeira República (1889-1930)*, Edgard Carone (1973) dedica um capítulo à organização social do período estudado, com destaque para a influência oligárquica e o coronelismo. Ele ressalta que foi na República Velha (1889/1930) que as oligarquias alcançaram seu ápice no Brasil.

No Império, os grupos oligárquicos encontram um obstáculo para o controle total dos governos das Províncias: é o Poder Moderador do Imperador, que permite a escolha dos presidentes provinciais. O federalismo republicano derruba esse empecilho: e as oligarquias irão atingir, então, o ápice de sua expansão. (...) o controle da situação significa combate acerbo contra outros grupos, desde a negação dos mínimos direitos dos não partidários até a luta armada [característico



nas regiões menos desenvolvidas]⁴. Nos estados mais adiantados, onde a complexidade econômica é maior – São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul – o Partido, forma oligárquica mais rica, é o controlador e esmagador de qualquer oposição. (CARONE, 1976, p. 66).

Eul-Soo Pang, autor de *Coronelismo e Oligarquias -1889/1934: A Bahia na Primeira República Brasileira* (1979), classifica a oligarquia brasileira em quatro grupos básicos: familiocráticas, tribais, colegiadas e personalistas. Para o autor, a maioria dos coronéis brasileiros se encaixa na oligarquia familiocrática, a qual se “incluía a família em si, pessoas da mesma linhagem, parente por afinidade, afilhados de batismo ou de casamento e, às vezes, o povo dependente do ponto de vista sócio-econômico” (PANG, 1979, p. 40). No caso da oligarquia tribal, o chefe político comandava várias famílias ou clãs, enquanto que a oligarquia colegiada organizava-se como um partido político. Em recente pesquisa sobre a história do coronel Chico Heráclio, André Heráclio do Rêgo (2008) fez algumas considerações sobre a importância da família e da parentela, que ajudam a entender o poder das oligarquias no Brasil. O autor lembra que o modelo de família implantado no país foi transportado de Portugal junto com a colonização. Esse modelo foi instalando em todo o território, “adaptando-se às circunstâncias do meio e assumindo formas diferentes de acordo com os lugares e as classes sociais” (RÊGO, 2008, p. 44). André Heráclio do Rêgo define a família tradicional brasileira como um grupo que perpassa os laços sanguíneos, não se limitando a pai, mãe e filhos, e se apresenta sob três aspectos interligados: político, econômico e de parentesco. Além dos laços de sangue, a parentela era constituída da clientela, formada por:

afilhados, filhos de afilhados, agregados, alforriados e parentes distantes, e podia, inclusive ter um aspecto unilateral: uma pessoa podia considerar-se parente de outra, mesmo que esta o negasse. O reconhecimento da condição de parente implicava a aceitação de deveres e obrigações recíprocos: quanto mais prestigiosa fosse a posição ocupada por alguém, maiores eram suas responsabilidades diante de um parente de sangue, de aliança ou espiritual.” (REGO, 2008, p. 45)

O historiador Oliveira Viana também escreveu sobre a tradição da família brasileira e chega a indicar a existência de um feudalismo no Brasil herdado de Portugal, embora com características diferentes do restante da Europa. Ele define como clã feudal a relação de solidariedade estabelecida pelo senhor de engenho com a

⁴ Observação da autora deste trabalho



população que o cerca. O autor lança mão de outros conceitos sobre os agentes que compuseram a formação da família no Brasil, como clã parental, família senhorial, compadrio e clã eleitoral.

Para Viana, a família senhorial é igual à família patriarcal definida por Gilberto Freyre: era formada pelo grupo que vivia dentro da casa-grande/fazenda ou em dependência dela, presa ao patriarca. Incluía também os criados ou protegidos do senhor, que eram educados como seus filhos. Já o clã parental, segundo o autor, deriva da família senhorial e se estende por vários domínios e mesmo por municípios inteiros. É composto das famílias aparentadas (laços de sangue e afinidades): filhos, genros, cunhados, netos, sobrinhos, irmãos, afilhados. O clã parental era característico nos séculos coloniais. “Ter parentela, para poder levá-la à empresa do povoamento e agriculturação do solo a colonizar, era título de preferência e assegurava direito a concessões mais generosas” (VIANA, 1987, p. 191).

Com o passar do tempo, o clã parental se estendeu para as relações religiosas (batismo, crisma, casamento), dando origem ao compadrio, formado por compadres e afilhados. Com o compadrio, o parentesco ganha um caráter, além de espiritual, ideológico. O autor diz que o clã parental criou vilas e povoações. Outro conceito utilizado por Viana é o clã eleitoral, que, segundo defende, é o resultado da união entre o clã feudal com o clã parental. Essa categoria tem uma ligação direta com o sistema coronelista. No Império, o clã eleitoral garantia a eleição das autoridades locais, como juízes de paz (polícia), juízes municipais, vereadores, oficiais da guarda nacional. O título de coronel era a mais alta distinção conferida a um fazendeiro do município. Com a passagem para a República, os chefes locais foram obrigados a se organizarem eleitoralmente, já que o “povo-massa” passa a ter direito a voto.

Autor de clássicos como *Casa Grande & Senzala* (2000) e *Sobrados & Mocambos* (2000a), Gilberto Freyre fez importantes considerações sobre a formação das oligarquias, utilizando o conceito de patriarcalismo para justificar que a família foi a unidade colonizadora que contribuiu para a formação patriarcal do Brasil, permitindo aos senhores de engenho o domínio local e regional e tomando para si o poder em todo o município e regiões circunvizinhas.

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família...); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa



(...o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). (FREYRE, 2000, p. 49)

O patriarcalismo começa a perder força a partir do século XIX, com o desenvolvimento das cidades e das indústrias. Todavia, as tradições familiares foram mantidas. Em *Sobrados & Mocambos* (2000a), Gilberto Freyre diz que no século XIX o patriarcalismo se urbaniza.

Com a chegada de Dom João VI ao Rio de Janeiro, o patriciado rural que se consolidara nas casas-grandes de engenho e fazenda, começou a perder a majestade dos tempos coloniais (p. 12). ...A independência dos senhores de engenho, dos Paulistas, dos Mineiros e dos fazendeiros já não era a mesma do século XVII; nem tamanha sua arrogância. (FREYRE, 2000a, p. 34).

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1995), também se debruçou em analisar a transição entre o rural e urbano e concluiu que as cidades são simples dependências da vida rural (HOLANDA, 1995, p. 73). Segundo o autor, a herança rural continuou forte e a influência das oligarquias foi mantida. Assim, ele define o homem cordial como uma continuidade da convivência familiar patriarcal, com sua intimidade com o poder, com uma relação afetiva e solidária entre o chefe, geralmente um líder carismático, e seus subordinados, os afilhados e protegidos. Estes garantem a obediência àqueles. Dessa forma, a cordialidade leva para o espaço público uma característica do núcleo familiar.

No livro *Os Donos do Poder* (1975), Raymundo Faoro afirma que no Brasil foi reproduzido o mesmo sistema que estava em voga em Portugal no final do século XV, o que ele chama de capitalismo politicamente orientado. Na visão do autor, diferentemente dos demais países da Europa, em Portugal não houve feudalismo e sim patrimonialismo, que seria um capitalismo direcionado pelo Estado. O poder pessoal abarca o poder público e “o Estado torna-se uma empresa do príncipe, que intervém em tudo, empresário audacioso, exposto a muitos riscos por amor à riqueza e à glória...” (FAORO, 1975, p. 21). Outro conceito utilizado por Faoro que contribui para a compreensão da formação das oligarquias é o estamento burocrático. Segundo defende, o estamento burocrático corresponde ao status social de uma autoridade detentora de poder e prestígio, que se utiliza do público para atender interesses pessoais. Esse estamento representa a base social das oligarquias.

Mesmo com a modernização, industrialização, urbanização – fenômenos que dispersam o poder coronelista e, por conseqüência, deveriam diminuir o poder das



famílias tradicionais –, as oligarquias se adaptam aos novos tempos e passam a controlar outros setores que contribuem para dar sustentação ao poder exercido no passado. É caso da radiodifusão.

Oligarquia e radiodifusão: o poder redundante

Em reportagem especial publicada em 1995, a Revista Carta Capital faz um panorama dos principais grupos familiares que se constituíram ao longo da história. A reportagem faz uma ligação desses grupos com a radiodifusão, mostrando que a utilização das concessões públicas de rádio e televisão contribui significativamente para a manutenção desse poder. Considerando a indicação de Caros Amigos e ampliando as informações a partir de trabalhos acadêmicos que analisam a ligação da radiodifusão com as famílias tradicionais, este artigo aponta uma pequena mostra do perfil de algumas oligarquias políticas que detêm concessões de rádio e/ou televisão no Nordeste brasileiro. Entre as duas maiores oligarquias, ainda hoje poderosas no cenário político, estão as famílias Sarney, no Maranhão, e Magalhães, na Bahia.

Não por acaso, esses dois grupos têm uma grande concentração de veículos de comunicação em seus respectivos estados e os seus líderes – o senador José Sarney e o falecido senador Antônio Carlos Magalhães (ACM) - protagonizaram, durante a Constituinte, uma das maiores distribuições de outorgas de rádio e televisão já vista na recente história política brasileira. Na época, Sarney era o presidente da República e Antônio Carlos Magalhães ministro das Comunicações. Entre 1985 e 1988, foram distribuídas 1.028 outorgas de rádio e televisão. Segundo levantamento feito por pesquisadores e reportagens jornalísticas da época, as concessões foram utilizadas como moeda de troca em torno das votações do quinto ano de mandato do presidente Sarney e do presidencialismo como sistema de governo. “Dos 91 constituintes premiados com pelo menos uma concessão de rádio ou televisão, 84 (92,3%) votaram a favor do presidencialismo e 83 (90,1%) votaram a favor do mandato de cinco anos” (MOTTER, 1994, P. 173).

Os dados indicam também que do total das outorgas liberada, 52% (539) foram distribuídas nos últimos nove meses da Constituinte, período em que estava em discussão e foi votado o quinto ano do mandato de Sarney. É importante ressaltar que, até a promulgação da Constituição de 1988, a concessão de radiodifusão era prerrogativa exclusiva do presidente. A partir da Constituição, continuou sendo prerrogativa do Executivo a liberação das outorgas, mas as solicitações teriam que ser



apreciadas também pelo Congresso Nacional. No governo Fernando Henrique Cardoso, a legislação em vigor foi mantida, com um adendo: uma emenda constitucional estabeleceu que as concessões comerciais⁵ de radiodifusão só seriam autorizadas mediante licitação.

A barganha que ficou conhecida como “a farra das concessões” deixou evidente o auto-favorecimento na distribuição das outorgas de rádio e televisão pela ‘dobradinha’ Sarney/ACM. A família Sarney, que já era proprietária do maior jornal maranhense, o Estado do Maranhão, e concessionária da TV Mirante – afiliada da TV Globo, outorga concedida pelo ex-presidente militar João Figueiredo - passou a contar com mais três emissoras de rádios. Além disso, segundo o pesquisador Paulino Motter, “pelo menos 16 emissoras de rádio e televisão foram concedidas pelo presidente José Sarney a oito pessoas diretamente ligadas à sua família”⁶ (MOTTER, 1994, p. 191). A Caros Amigos destaca ainda que fazem parte do espólio comunicacional do ex-presidente outras duas emissoras de televisão, a Itapicuru e a Imperatriz, ambas afiliadas da Globo.

Na mesma linha, o então ministro das Comunicações do governo Sarney, Antônio Carlos Magalhães, não hesitou em expandir seus negócios na área de comunicação e premiar correligionários com concessões de rádio e televisão. A oligarquia Magalhães é detentora da Rede Bahia de Comunicação, um dos maiores grupos regionais de mídia do país. A empresa controla a TV Bahia, em Salvador, e todas demais emissoras de televisão que integram o sistema Globo no estado: TV Santa Cruz, em Itabuna, TV Oeste Baiano LTDA, em Barreiras, TV Norte Baiano LTDA, em Juazeiro, TV Subaé, em Feira de Santana, e TV conquista LTDA, em Vitória da Conquista. Maria Érica de Oliveira Lima, autora da pesquisa *Neo-coronelismo na mídia nordestina: um perfil oligárquico do Correio da Bahia* (1999), acrescenta ao espólio de ACM o jornal Correio da Bahia, a Bahia Cinema e Vídeo, a Gráfica Santa Helena, a TV por assinatura BahiaSat e a BahiaNews (empresa de informática), além de mais duas estações de rádio (LIMA, 1999, p. 130). Durante sua gestão no Ministério das Comunicações, ACM destinou 96 concessões de rádio e seis de televisão para a Bahia. Muitas delas foram liberadas para “testas de ferro” de ACM. (MOTTER, 1994, p. 195)

⁵ Outro escândalo envolvendo as concessões de radiodifusão aconteceu no governo FHC. A obrigatoriedade de licitação nas liberações das outorgas de rádio e televisão era apenas para as de caráter comercial. Assim como fez José Sarney para garantir o quinto ano de mandato, o presidente Fernando Henrique Cardoso liberou, até setembro de 1997 – ano em que estava em discussão a reeleição - 1.848 licenças de RTV, que não precisavam ser licitadas, em troca da votação da reeleição do seu mandato. (BAYMA, 2001).

⁶ Em sua dissertação de mestrado, Paulino Motter relata os nomes de parente e pessoas próximas de Sarney que foram beneficiados pelas concessões. Para mais detalhes, ver MOTTER, 1994, p. 191



No Rio Grande do Norte, o poder oligárquico é dividido entre duas famílias tradicionais, ambas concessionárias de radiodifusão no estado. Tendo como maior representante o ex-governador do Rio Grande do Norte, deputado federal e ex-ministro da Administração (governo Sarney) e da Integração Nacional (governo Itamar Franco) Aloízio Alves – tio do senador Garibaldi Alves Filho –, a família Alves comanda o Sistema Cabugi de Comunicações, composto pela TV Cabugi (Globo) e cinco emissoras de rádio, além do jornal Tribuna do Norte (CARTA CAPITAL, nº 13, 1995, p. 22-23). A família do senador José Agripino Maia, adversária dos Alves, controla a TV Tropical e três rádios.

Em Sergipe, a oligarquia Franco, liderada pelo ex-governador, ex-senador e atual deputado federal Albano Franco, detém o controle da TV Sergipe (Globo) e da TV Atalaia (SBT), além das rádios FM Atalaia e Sergipe, da Rádio Atalaia AM e mais uma rádio no interior do Estado. A família ainda é proprietária do Jornal Cidade, em Aracaju. Depois da “farra das concessões” de Sarney, Albano Franco passou a dividir o controle da mídia sergipana com o grupo do ex-ministro da Integração de Sarney, João Alves Filho, que recebeu do presidente uma emissora de televisão e quatro de rádio. Outra oligarquia de grande dimensão regional e até nacional é a Collor de Melo, em Alagoas, tendo como líder o ex-presidente Fernando Collor de Mello, que renunciou ao mandato em 1992 para evitar a cassação, pelo Congresso Nacional, por corrupção. O grupo é proprietário das Organizações Arnon de Mello, que controla dois canais de televisão e três de rádio, além de ser proprietário do jornal Gazeta de Alagoas.

É importante ressaltar que algumas das empresas de radiodifusão controladas por políticos estão em nome de familiares ou laranjas. A família Coelho, do município de Petrolina, Sertão do São Francisco - uma das áreas economicamente mais importantes do interior de Pernambuco -, é um exemplo. Dividida em dois grupos, a família tem entre seus representantes atuais o ex-deputado federal Geraldo Coelho e, do outro lado, o secretário de Desenvolvimento de Pernambuco, Fernando Bezerra Coelho. O grupo conta com um arsenal midiático que extrapola os limites de Petrolina, controlando algumas rádios em outros municípios da Região. Os Coelho têm as outorgas de seis rádios FMs, três na frequência OM, e ainda a TV Grande Rio, instalada em Petrolina⁷, Segundo Carta Capital, a oligarquia teve início em 1912. A família

⁷ Ministério das Comunicações - Quadro de Sócios e Diretores dos Canais de Rádios em FM (Frequência Modulada), OM (Ondas Médias) e TV - ANATEL - Sistema de Acompanhamento de Controle de Cotas – SIACCO. Acesso em 3 de julho de 2006.



elegeu o primeiro prefeito de Petrolina, Manuel Francisco de Souza Junior, tio-avô de Clementino, conhecido como o coronel Quelé. O coronel chegou a ser vice-prefeito do município em 1912 e prefeito em 1927. A reportagem aponta Quelé como:

pai dos Coelho que desde os anos [19]50 exercem na região um domínio político e econômico quase absoluto. Há cem anos o vice-prefeito era um Coelho, Carolino, e outro Coelho, Lucindo, governava Petrolina na chegada do século 20, tendo como vice Ulysses Amâncio. Também Coelho. (CARTAS CAPITAL, nº 13, 1995, p. 50).

Outro político pernambucano concessionário de radiodifusão é o deputado federal Inocêncio Oliveira. Pouco tempo depois de ingressar na vida pública, em 1974, o deputado conseguiu, em 1975, autorização para explorar um canal de rádio no município de Serra Talhada, a Voz do Sertão, a primeira de um total de três⁸ que controla atualmente. Em 1989 obteve a concessão da Transertaneja FM, em Afogados da Ingazeira, e, em 1991, ganhou como prêmio por arquivar uma CPI contrária ao governo Sarney, quando presidia interinamente a Câmara dos Deputados, a rádio Líder do Vale FM, em Serra Talhada. Em 1990, também na sequência da “farra das concessões” de Sarney, recebeu a outorga da TV Asa Branca, em Caruaru, afiliada da Rede Globo, transmitida para 108 municípios do interior de Pernambuco. Como deputado constituinte, o parlamentar votou a favor dos cinco anos de mandato de Sarney e do presidencialismo como sistema de governo. Embora não seja de origem oligárquica tradicional, a influência de Inocêncio Oliveira como radiodifusor é citada neste artigo por ser de objeto de estudo de pesquisa de mestrado desenvolvida pela autora⁹. Com formação em Medicina, Inocêncio vem de uma família classe média de políticos locais, no município de Serra Talhada, e hoje controla três rádios e uma televisão no interior de Pernambuco.

Considerando que uma fatia importante de políticos radiodifusores é originária do Nordeste, alguns pesquisadores utilizam o termo coronelismo eletrônico para justificar o uso político desses veículos e a troca de favores entre os parlamentares e o governo federal no momento da liberação das concessões das outorgas de rádio e televisão. Para ampliar o debate sobre o termo coronelismo eletrônico é preciso conhecer mais um pouco sobre o conceito do coronelismo histórico.

⁸ As três rádios têm como razão social *A Voz do Sertão*. No entanto, apenas a de frequência OM é conhecida por esse nome. As outras duas, que são FM e funcionam em Serra Talhada e Afogados da Ingazeira, têm como nome de fantasia *A Líder do Vale* e *Transertaneja*, respectivamente

⁹ Mestrado em curso no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O reforço do poder oligárquico: coronelismo ou clientelismo eletrônico?

Em uma das últimas reflexões¹⁰ acerca do tema coronelismo antes de sua morte, Victor Nunes Leal (1978), autor do trabalho pioneiro e hoje clássico *Coronelismo, enxada e voto*, foi rigoroso ao afirmar que o coronelismo é um fenômeno típico da Primeira República, e que só existiu no Brasil. Foi enfático também ao definir o coronelismo como um sistema e não como algo personalizado. “O que procurei analisar foi, sobretudo, o sistema. (...) O que mais me preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se resolviam na Primeira República, a partir dos municípios” (LEAL, 1980, p. 13). A posse da terra é apontada como outra característica básica do sistema coronelista. Mesmo em decadência com o fortalecimento do Estado a partir da República, os latifundiários continuavam com o domínio político e eleitoral nos municípios. Tal realidade forçava os líderes estaduais a se aliarem aos coronéis municipais, reproduzindo em nível local o que a Política dos Governadores, institucionalizada pelo então presidente Campos Sales (1898/1902), representava em nível nacional. No livro *A Primeira República* (1973), Edgard Carone realça a característica do coronelismo como um fenômeno eminentemente agrário e aponta uma ligação direta entre o coronelismo e as oligarquias.

A nossa formação histórica fez-se de maneira dispersa e desconexa. A falta de centralização resultou em liberdades locais e no fortalecimento de instituições peculiares: o poder torna-se privilégio de uma camada social que possui os bens de produção – a terra – e a liderança política. ...o coronel é aquele que protege, socorre, homizia e sustenta materialmente os seus agregados; por sua vez exige deles a vida, a obediência e a fidelidade. É por isto que coronelismo significa força política e força familiar. ...do coronelismo às oligarquias a escala é política. ...é o controle das oligarquias o tema mais importante da história da Primeira República. (CARONE, 1973, p. 66).

O coronelismo definido por Victor Nunes Leal “é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra” (LEAL, 1978, p. 20). Muito se escreveu sobre o fenômeno depois da obra de Leal. Alguns autores mantiveram a mesma linha do primeiro autor (CARONE, CARVALHO, SÁ), mas outros (QUEIROZ, JANOTI, SÁ, PANG) optaram por adaptações não tão fiéis às idéias iniciais. Tais variações levaram Carvalho (2005) a escrever um ensaio, cujo título *Mandonismo, coronelismo e Clientelismo: uma discussão conceitual*, explica

¹⁰ O coronelismo e o coronelismo de cada um. 1980, Dados – Revista de Ciências Sociais, RJ, Vol. 23, nº 1, p. 11-14



outros fenômenos que às vezes são apontados como sinônimos de coronelismo, como o mandonismo e o clientelismo. O autor reconhece o mandonismo como uma característica da política tradicional, existente desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. O mandonismo esteve presente no sistema coronelista, personalizado em alguns coronéis, mas é apenas um viés e não sinônimo de coronelismo. O mesmo se pode dizer do clientelismo, um termo muito mais abrangente que o coronelismo e ainda comum na atualidade. Para Carvalho,

Clientelismo, (...) de modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. (...) Seria um atributo variável de sistemas políticos macro e podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações entre atores políticos. (...) Assemelha-se, na amplitude de seu uso, ao conceito de mandonismo. Ele é o mandonismo visto do ponto de vista bilateral. Seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos, em nosso caso pelos mandões e pelo governo. (...) o clientelismo perpassa toda a história política do país. (...) Na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros, ele pode aumentar e diminuir ao longo da história... (CARVALHO, 2005, p 134).

Uma das características citadas pelos pesquisadores do campo da comunicação para explicar o fenômeno do coronelismo com o adendo eletrônico é a apropriação do público (as concessões de radiodifusão) pelo privado (parlamentares). Parece ser um consenso entre eles a existência da troca de favores tendo como moeda a concessão de rádio e televisão, entregue a políticos para uso particular. A pesquisadora Suzy dos Santos (2006) se propôs a fazer uma ligação entre a obra de Victor Nunes Leal e o atual momento da comunicação no Brasil. Ela define coronelismo eletrônico como um sistema, assim como fez Victor Nunes Leal.

Entendemos por coronelismo eletrônico o sistema organizacional da recente estrutura brasileira de comunicações, baseado no compromisso recíproco entre poder nacional e poder local, configurando uma complexa rede de influências entre o poder público e o poder privado dos chefes locais, proprietários dos meios de comunicação (SANTOS; 2006).

A partir de uma análise histórica feita neste artigo, algumas questões levantadas anseiam por respostas. É notável o poder dos concessionários de radiodifusão, que, possivelmente, detêm em parte o controle da informação, ocupando ou não um cargo



público ou mandato parlamentar. “Na maioria das vezes, a concessão desses canais apenas fortalece os grupos que já têm nas mãos o poder econômico e político, servindo (...) como um intermediário entre as idéias, valores e comportamentos desses grupos e o resto da população”. (CAPPARELLI, 1986, p. 86).

Por sua vez, uma grande parte dos estudos desenvolvidos pelo pesquisador Venício Lima enriquece o debate sobre o poder das empresas de radiodifusão e a apropriação delas por parlamentares. “O vínculo de nossa mídia com as elites políticas locais e regionais encontra, no Congresso Nacional, um terreno fértil para se consolidar e prosperar”. (LIMA, 2006, p. 142).

Para Lima; Lopes (2007), no coronelismo eletrônico,

As emissoras de rádio e televisão dão origem a um tipo de poder agora não mais coercivo, mas **criador de consensos**¹¹ políticos. São esses consensos que facilitam (mas não garantem) a eleição (e a reeleição) de representantes – em nível federal, deputados e senadores – que, por sua vez, permitem circularmente a permanência do coronelismo como sistema. Ao controlar as concessões, o novo coronel promove a si mesmo e aos seus aliados, hostiliza e cerceia a expressão dos adversários políticos e é fator importante na construção da opinião cujo apoio é disputado tanto no plano estadual como no federal. No coronelismo eletrônico, portanto, a moeda de troca continua sendo o voto, como no velho coronelismo. Só que não mais com base na posse da terra, mas no controle da informação – vale dizer, na capacidade de influir na formação da opinião pública. (LIMA; LOPES, 2007, p. 3).

Na citação acima, de Venício Lima, o autor recorre ao termo “criador de consenso” para justificar o poder dos coronéis eletrônicos. É bem verdade que muito já se escreveu sobre a busca pelo consenso pelas empresas de comunicação. Mas, será que apenas os políticos radiodifusores buscam esse consenso? O que dizer dos radiodifusores que não exercem cargo eletivo? Seriam os empresários de comunicação também coronéis eletrônicos?

Em pesquisa conjunta, Suzy dos Santos e Sérgio Capparelli (2005) contextualizam o coronelismo eletrônico da seguinte forma:

A expressão “coronelismo eletrônico” inclui a relação de **clientelismo**¹² político entre os detentores do poder público e os proprietários de canais de televisão, o que configura uma barreira à diversidade representativa que caracterizaria uma televisão na qual o interesse público deveria ser

¹¹ Grifo da autora deste artigo.

¹² Grifo da autora deste trabalho



priorizado em relação aos interesses particulares. (SANTOS; CAPPARELLI, in BRITOS e BOLAÑO, 2005, p. 80)

Considerando as definições de coronelismo eletrônico pelos pesquisadores apontados, indagamos: não estariam eles colocando (ou utilizando) o termo como sinônimo de clientelismo? Diferentemente do coronelismo histórico, um fenômeno sistêmico, que envolvia as três esferas de poder - federal, estadual e municipal -, as negociações que se dão em torno da liberação das outorgas de rádio e televisão acontecem de forma aleatória e pessoal entre o poder central e os chefes políticos, muitos deles desvinculados de mandatos. Dessa forma, diferem das relações históricas entre os chamados coronéis e o estado permissivo ao seu domínio ilimitado.

Além da barganha que acontece no momento das liberações das outorgas de radiodifusão, outra característica do coronelismo eletrônico indicada pelos pesquisadores é a utilização política das empresas de radiodifusão para atender interesses eleitorais e para manutenção do poder dos seus concessionários. Sérgio Capparelli (1986), em *Comunicação de massa sem massa*, resume bem o que representa o setor privado, seja ele formado por políticos ou empresários, se apropriar das concessões públicas de radiodifusão.

As concessões são ditadas por apadrinhamentos políticos ou por simples desdobramento do poder econômico: os detentores do poder político são os mesmo que detêm o poder econômico e a radiodifusão, na sua condição de novo setor para aplicação de capitais; muda de mãos apenas teoricamente: são concessões públicas a privados, por privados que manobram a *coisa pública*. As concessões, na maioria das vezes, não extravasam o âmbito restrito dos grupos dominantes, mas circulam internamente, dando a palavra a quem já a tem e prosseguindo o bloqueio de quem dela precisa. Além disso, a exploração do novo meio exige capital elevado, que está em mãos de poucos, e que servem para mascarar essa circulação interna da concessão dos meios entre grupos que gravitam em torno do poder. (CAPPARELLI, 1986, p. 80).

Mais do que nunca, o debate sobre concessões públicas de radiodifusão e o questionamento em torno da histórica apropriação desses instrumentos pelos detentores do poder político e econômico está na ordem do dia. Explorado por parlamentares ou empresários, o sistema de comunicação brasileiro carece uma revisão, no sentido de garantir a pluralidade do seu conteúdo e a participação da sociedade nesse processo. Espera-se que essa questão seja amplamente discutida na I Conferência Nacional de Comunicação, que o governo brasileiro está convocando para dezembro desse ano.



Referências

- BAYMA, Israel. **A concentração da propriedade de meios de comunicação e do coronelismo eletrônico no Brasil**. Brasília: Bancada do PT na Câmara dos Deputados, 27 nov, 2007.
- BOBBIO, Norberto; MATTECUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 2007, 13ª edição.
- CALDAS, Graça. **O latifúndio no ar – mídia e poder na Nova República**. Universidade de São Paulo; São Paulo, 1995
- CAPPARELLI, Sérgio; SANTOS, Suzy dos. **Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um de velho conceito**. 2005. Disponível em www.enecos.org.br/xiiicobrescos/arquivo/htm/006.html
- _____; LIMA, Venício. **Comunicação e Televisão: Desafios da globalização**. São Paulo: Hacker, 2004.
- CARONE, Edgard. **A Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1976.
- CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados – Escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- _____. **As Metamorfoses do coronel**. 2001. Jornal do Brasil. Disponível em: http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/carvalho_metamorfoses_coronel.pdf
- COSTA, Sylvio. **Dossiê das concessões de TV**. Série de reportagem do Correio Brasiliense, reproduzida pelo Observatório da Imprensa. Disponível em [HTTP://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/mat2008d.htm](http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/mat2008d.htm). Acesso em 21/09/2006.
- CRUZ, Dulce Márcia. **Televisão e negócio – A RBS em Santa Catarina**. Editora da UFSC; Santa Catarina, 1996.
- FERNANDES, Bob. **Os donos do poder**. Carta Capital, 13, 1995. p. 15-53.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder – Formação do patronato político brasileiro**. Volume 1. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.
- FRYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 40ª Edição.
- _____, **Sobrados e Mocambos – Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 2. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2000a. 12ª Edição.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto – O município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.
- _____, **O coronelismo e o coronelismo de cada um**. 1980, Dados – Revista de Ciências Sociais, RJ, Vol. 23, nº 1, pp. 11 a 14.
- LIMA, Venício A. de. **Mídia – Crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. Brasília: UNB, 1994. Dissertação de mestrado.
- _____; LOPES, Cristiano Aguiar. **Rádios Comunitárias – Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004)**. 2007. Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor). Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=439IPB001>.
- LIMA, Maria Érika de Oliveira. **Neo-coronelismo na mídia nordestina: um perfil oligárquico do Correio da Bahia**. Universidade Metodista. São Paulo, (1999)
- MOTTER, Paulino. **A batalha invisível da Constituinte – Interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil**.
- PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias. 1889-1934**. A Bahia na Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira; 1979.
- PINTO, Surama Conde Sá. **Revisitando “velhas” questões: coronelismo e clientelismo na Primeira República**. (1997). Disponível em <http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/anais/1998/autor/surama%20conde%20sa%20pinto.doc>.



PIERANTI, Octavio Penna. **Políticas públicas para radiodifusão e imprensa**. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2007.

_____. A radiodifusão e os coronéis da mídia: uma discussão conceitual acerca do “coronelismo eletrônico”. Disponível em http://www.e-papers.com.br/produtos.asp?codigo_produto=1525. Acesso em 24/11/08.

RÊGO, André Heráclio do. **Família e coronelismo no Brasil**. Uma história de poder. São Paulo: A Girafa Editora; 2008.

SANTOS, Suzy dos. **Nem só de samba e futebol vivem as tradições históricas brasileiras: o coronelismo eletrônico cõo herança do coronelismo**. 2006a. IX Congresso Ibercom. . Disponível em <http://www.hapaxmedia.net/ibercom/pdf/DosSantosSuzy.pdf>

_____. **E-Sucupira: o coronelismo eletrônico como herança do coronelismo nas comunicações brasileiras**. 2006b. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Disponível em www.compos.com.br/e-compos

_____. **Os prazos de validade dos coronelismos: a circunscrição a um momento de transição do sistema político nacional como herança conceitual do coronelismo ao coronelismo eletrônico**. 2007. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1219-2.html>

SOUSA, João Morais de. **Discussão em torno do conceito de coronelismo** – Da propriedade da terra às práticas de manutenção do poder local. 1995. Disponível em <
www.fundaj.gov.br/geral/textos%20online/sociologia/souza2.pdf>

VIANA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.